

## **Políticas públicas, Meio Ambiente e Desenvolvimento no século XXI**

Valéria Pereira Bastos<sup>1</sup>  
Fábio Fonseca Figueiredo<sup>2</sup>  
Hemerson Luiz Pase<sup>3</sup>

O Número 1 do Volume 5 da Campos Neutrais: Revista Latino-Americana de Relações Internacionais, é resultado da avaliação rigorosa das comunicações orais apresentadas no Seminário Temático intitulado: Políticas públicas, Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu no 46º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – Anpocs, realizado em outubro de 2022. Nesse seminário foi possível a socialização de saberes produzidos em pesquisas, formulação de análises a partir de experiências públicas e privadas, contribuindo para a construção de conhecimento, assim como garantiu a ampliação do debate a respeito das temáticas, desenvolvidas, pois os autores a partir de uma perspectiva crítica, apresentaram reflexões plurais e contribuições a respeito de inúmeros aspectos que versam sobre políticas públicas, meio ambiente e desenvolvimento no século XXI.

A questão do desenvolvimento tem estimulado o debate acadêmico intenso desde o final da década de 1950, quando era sinônimo de progresso. Na década de 1980 ocorreu o processo de transição à democracia, particularmente na América Latina, o que imporá um novo padrão de ação do Estado cancelado por um conjunto de mecanismos que começaram a organizar molduras institucionais legítimas para a disputa e conclusão dos governos e dos programas.

A questão ambiental se consolida institucionalmente a partir desse momento de contribuição de novos movimentos sociais, e de concepções teóricas e políticas que se articulam e contradizem com base nos mais variados interesses conceituais, econômicos e políticos nacionais e internacionais.

---

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social – Professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio – Líder do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Estudos Socioambientais e Urbanos - GRIPES – Bolsista de Produtividade do CNPq – PQ2; Pesquisadora apoiada pela FAPERJ – Jovem Cientista.

E-mail: vbastos@puc-rio.br

<sup>2</sup> Doutor em Geografia Humana pela Universidade de Barcelona, Espanha. Professor do Instituto de Políticas Públicas e do Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Membro do grupo de pesquisa Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental (SEMAPA - UFRN).

E-mail: ffabiof@yahoo.com

<sup>3</sup> Doutor em Ciência Política. Coordenador do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Editor da Campos Neutrais: Revista Latino-Americana de Relações internacionais.

E-mail: hemerson.pase@gmail.com

No âmbito internacional, os países do centro do sistema econômico recomendam parcimônia no uso dos recursos naturais e, de outro lado, os países na periferia do sistema preconizam que o meio ambiente não deve limitar as suas estratégias de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, analisar como os Estados tematizam e formulam suas políticas públicas sobre o meio ambiente e o desenvolvimento é um debate atual e necessário num mundo multipolar.

Este dossiê objetiva contribuir com o debate e análises das políticas públicas em relação aos impactos no meio ambiente e na sociedade, causados pelo processo de desenvolvimento no século XXI. A partir dos debates, busca-se lançar um olhar multidisciplinar sobre os problemas e conflitos nos diversos territórios analisados, partindo da premissa que a intensificação da mercantilização da natureza se configura em diversas formas, avançando tanto no campo na exploração desenfreada dos recursos naturais, como entre outras ações que ferem os princípios ambientais. Tais problemas e conflitos geram, ainda, impactos não somente no modo de vida da população, como também nas áreas preservadas, classificadas como área de proteção ambiental, portanto, fora do circuito urbano, mas que habitam povos procedentes de comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas, ciganos, ribeirinhos e ribeirinhas, o que vem provocando uma ameaça à natureza e à população em nome do desenvolvimento.

O dossiê está organizado em seis artigos. No primeiro, **“Contradições entre desenvolvimento e sustentabilidade na atuação de um movimento ambiental na construção de políticas públicas”**, Matheus Tomás da Silva e Giuliana Franco Leal discutem a relação entre sustentabilidade e desenvolvimento na atuação de um movimento social ambiental na construção de políticas públicas, em um município que se transformou social e ambientalmente de modo acelerado, desde a instalação da Petrobras na década de 1970. O objetivo central é identificar e discutir contradições entre desenvolvimento e sustentabilidade na trajetória daquele movimento, entre as décadas de 1980 e 2010. Além de revisão bibliográfica, são usados métodos de pesquisa empírica qualitativa: entrevistas semiestruturadas com membros do movimento, análise de suas atas e pesquisa hemerográfica. Os autores concluem que há uma dinâmica em que se buscam alternativas sustentáveis dentro de um modelo de desenvolvimento não sustentável, muito embora, ocorram avanços nas políticas públicas quanto à diminuição da degradação ambiental.

No segundo artigo, **“Atuação das populações ribeirinhas frente à Política Estadual de Recursos Hídricos do Pará e a gestão da pesca artesanal no Tapajós”**, Lucilene Oliveira da Silva Amaral e Rubens Elias Duarte Nogueira analisam a produção científica sobre a Políticas de Recursos Hídricos no Pará e a atuação dos pescadores artesanais do baixo e médio

Tapajós. Os autores mostram uma baixa atuação das populações ribeirinhas nos espaços de discussões da Política Estadual de Recursos Hídricos no Pará, ao mesmo tempo em que a pesca artesanal vem sendo impactada pelas políticas de desenvolvimento que favorecem os grandes empreendimentos no Tapajós.

No terceiro artigo, “**A política nacional de resíduos sólidos: problemáticas da implementação municipal**”, Maria Dolores Lima da Silva e Beatriz Brasil da Silva Monteiro discutem a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) entre os anos de 2010 até 2019. O problema discutido no artigo é “Quais as possíveis explicações das postergações e heterogeneidades da implementação municipal da PNRS?”. A hipótese testada é que os municípios brasileiros possuem limitações institucionais e orçamentárias. Para desenvolver o estudo, as autoras utilizaram um universo amostral de 4.175 municípios, com dados provenientes do Sistema Nacional de Informações de Resíduos Sólidos (SINIR) e da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Os dados coletados possuem como variáveis as metas de implementação da PNRS, entre elas estão: os planos de gestão dos resíduos sólidos municipais, coleta seletiva, disposição final dos resíduos, compostagem e presença de consórcios intermunicipais para gestão de resíduos. Ademais, foram coletados também dados referentes aos repasses orçamentários da União para a implementação da política. Os resultados demonstram que o cumprimento das metas e os repasses orçamentários realizados estão abaixo do esperado pela política.

No quarto artigo, “**Narrativas de desenvolvimento e adaptação climática no semiárido do Rio Grande do Norte: o caso da barragem de Oiticica**”, José Gomes Ferreira, Matheus Fortunato Barbosa Gomes e Winifred Knox fazem uma ampla revisão da literatura sobre o papel das infraestruturas no desenvolvimento e na resposta à crise climática, para dar resposta à seguinte questão: contribuirá Oiticica para a construção de resiliência climática da região? Para se responder à questão proposta, os autores acompanharam as agendas do governo estadual, dos movimentos sociais e da mídia, realizaram entrevistas, bem como visitaram às obras da barragem. Para o governo do Rio Grande do Norte, Oiticica é uma obra estruturante, na medida em que tende a garantir justiça hídrica, promovendo a segurança alimentar, assim como o controle de cheias e de armazenamento da água da transposição do rio São Francisco.

No quinto artigo, “**Los desafíos de la regionalización de los servicios de saneamiento básico en el estado de São Paulo, Brasil: el caso de la cuenca del PCJ**”, os autores avaliam o projeto de regionalização do saneamento básico idealizado para os municípios que compõem as bacias hidrográficas de Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ). O objetivo lançado no artigo é compreender o papel da regionalização como um passo intermediário para o processo de

universalização do saneamento básico. Em resposta ao Novo Marco Legal do Saneamento Básico Brasileiro, o estado de São Paulo publicou a Lei nº 17.383/2021, com a proposta de regionalizar o saneamento básico em quatro unidades. No entanto, dentre os 275 municípios que compõem as unidades, apenas nove aderiram à divisão territorial sugerida, o que despertou o interesse de Elisa Inácio da Silva, Thelmo de Carvalho Teixeira Branco Filho, Dafne Fernanda Alves e Silva, Elisa Inácio da Silva, Fernanda Leoni, Sabrina de Oliveira Anício, Heloisa Pimpão Chaves, Amanda Francieli de Almeida, Iuri Prado Muci de Lima e Tadeu Fabrício Malheiros em avaliar os motivos dessa baixa adesão. O estudo de caso demonstra que o processo de regionalização passa por limites e ameaças bastante importantes.

O sexto artigo **“A situação do acesso à água potável dos habitantes de municípios rurais de pequeno porte da Bacia Hidrográfica da Lagoa Mirim e Canal São Gonçalo (L – 040)”**, as autoras Márcia Leite Borges, Danieli Veleda Moura e Maria da Penha Vasconcellos discutem a situação dos municípios rurais de pequeno porte da Bacia Hidrográfica do Rio Piratini e Canal São Gonçalo, no estado do Rio Grande do Sul, em relação ao acesso à água potável. Nestas localidades, o atingimento do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) número 6 se torna uma realidade ainda mais distante. Assim, a questão central a ser respondida é: Qual a importância da utilização de indicadores específicos que mensurem o acesso à água potável nos municípios rurais de pequeno porte? Verificou-se a necessidade de maior clareza e disponibilização das informações acerca desse acesso, para se pensar na construção das políticas públicas locais.

Boa leitura!